

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO Nº 8



Para o pai ser Presente

Corregedoria Geral da Justiça do Ceará promove mutirões para garantir o direito à paternidade de crianças e jovens que não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Mais do que acesso a direitos, medida é a chance de histórias solitárias ganharem personagens e possibilidades de sorrisos

Páginas 8 a 11

Câmaras julgam dez mil processos

Os dez colegiados do Segundo Grau do Judiciário cearense têm média de 1,6 mil ações apreciadas por mês neste ano. Foram 227 sessões em seis meses

Pgs 4 e 5

Novos servidores assumem cargos no Interior

Vinte e três aprovados em concurso público foram convocados para cidades de pequeno porte, a chamada Entrância Inicial. Eles somam-se aos 76 juízes empossados em fevereiro último para a melhoria do serviço interiorano do TJCE

Pg 6

Para entender a reestruturação

Presidente do TJCE, a desembargadora Iracema Vale apresenta as vantagens da reestruturação das Turmas Recursais. Medida foi aprovada pela Assembleia e já está em vigor

Pg 18

Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO PRESIDENTE:

Desembargadora Maria Iracema
Martins do Vale

VICE-PRESIDENTE:

Desembargador Francisco de Assis
Filgueira Mendes

CORREGEDOR-GERAL:

Desembargador Francisco Lincoln
Araújo e Silva

DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA:

Juiz José Maria dos Santos Sales

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA:

Desembargador Heráclito Vieira
de Sousa Neto

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL:

Silvia Goes

SUBEDITOR:

Bruno de Castro

REDAÇÃO:

Alzira Barreira, Ana Carolina de
Palhano, André Anderson, Bruno de
Castro, Camilla Carneiro, Edson Gomes,
Emanuelly Néri, Karine Wanessa,
Luciberto Forte, Mariana Galvão, Naara
Vale, Pamela Lemos, Priscila Teixeira,
Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros,
Rodrigo França, Thyliana Costa
e Ulysses Sousa

COLONISTA:

Priscila Teixeira e Camilla Carneiro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Calvin Penna e Rannjon Mikael

FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS:

Calvin Penna, Rannjon Mikael e Freepick



www.tjce.jus.br



imprensa@tjce.jus.br



facebook.com/tjceoficial



twitter.com/tjcenoticias

Editorial

Milhares de cearenses não têm o nome do pai na certidão de nascimento. Em Fortaleza, nossa maior cidade, a Prefeitura contabiliza pelo menos 11 mil crianças com esse perfil só na rede pública municipal de ensino. É muita gente sem a possibilidade de reivindicar, por exemplo, uma pensão alimentícia. Ou uma herança. Mas, para além disso, é um universo de pessoas sem a possibilidade de viver um afeto. Daí a importância de iniciativas como o Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça do Ceará. Desde 2010, quando entrou em vigor, o programa já beneficiou mais de seis mil pessoas. Só neste ano, já realizou dois grandes mutirões na Capital. E vai continuar ajudando mais e mais gente a ter um nome no papel ou um futuro cheio de horizontes. Além de tratar disso, a Edição Nº 8 do ‘Jornal do Judiciário’ traz um balanço das atividades das oito câmaras cíveis e das duas câmaras criminais do TJCE. Publica ainda um artigo da presidente Iracema Vale explicando a importância da reestruturação das Turmas Recursais. Fala também da emissão de certidões no Fórum Clóvis Beviláqua, da escolha de quatro personalidades para receber uma importante medalha em outubro, da equiparação do auxílio-alimentação entre servidores e magistrados, da prorrogação dos trabalhos de um grupo criado para reduzir a quantidade de processos na área criminal de Fortaleza e da parceria do Tribunal com o Governo para dar celeridade aos julgamentos de processos de assassinato. É isso e muito mais. E nós esperamos que você faça uma excelente leitura.

Silvia Goes
Assessora de Comunicação
do TJCE

■ EQUIPARAÇÃO > AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

TODO MUNDO GANHANDO IGUAL



Seguindo entendimento do Conselho Nacional de Justiça, o TJCE concedeu reajuste de 27,3% no auxílio-alimentação de servidores, oficiais e magistrados. A equiparação dos valores ocorrerá em duas fases, sendo a primeira delas imediata

Pleito dos oficiais de Justiça e dos servidores do Judiciário cearense desde 2013, a equiparação dos valores de auxílio-alimentação pagos a magistrados e categorias começa a acontecer. Após intermediação da Comissão Permanente de Negociação com a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Iracema Vale, e entendimento do CNJ, os novos patamares já foram autorizados e constam no Diário da Justiça.

Todo o processo acontecerá em duas etapas. A primeira tem caráter imediato, com um reajuste de 27,3% no benefício a partir do subsídio de julho - cujo pagamento foi feito no último dia 1º de agosto. A segunda fase está agendada para 1º de julho de 2017, quando ocorrerá a equiparação total entre servidores, oficiais de Justiça, juizes e desembargadores.

Conforme a resolução do TJCE, a correção será concedida a magistrados em efetivo exercício e aos servidores ativos (efetivos e comissionados), independentemente da jornada de trabalho. O valor do aumento foi baseado na aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre março de 2013 e maio de 2016.

Ao fim do processo de equiparação, todo servidor, oficial e magistrado receberá R\$ 1.065,50 de auxílio. A fixação do valor levou em conta que a alimentação fora de casa tem grande peso no orçamento familiar devido ao regime de trabalho a que todos estão submetidos.

Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça (Sindojus-CE), Luciano Júnior reconhece a atenção dada pela presidente do TJCE aos pedidos dos servidores. “Agradecemos a sensibilidade da desembargadora Iracema Vale e também pedimos que essa mesma sensibilidade seja estendida aos demais pleitos da categoria”, pontua.

Já o representante do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário cearense (Sindjustiça), Jayro Rodrigues, destaca que a medida “representa grande vitória dos servidores na questão da alimentação, que é um item básico da sobrevivência humana, e dá um pouco de isonomia no tratamento entre servidores e magistrados.”

De Acordo!

Priscila Teixeira*
Jornalista



priscila.teixeira@tjce.jus.br

CONCILIAÇÃO

Já tem data certa para acontecer a Sema-na Nacional de Conciliação: de 21 a 25 de novembro. A agenda de trabalho foi discutida com magistrados, que traçaram as estratégias e os cronogramas que devem ser seguidos pelas varas que participarão da ação. Aqui no Ceará, os trabalhos contarão com o apoio do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais de Fortaleza.

PJE

Até outubro, ficará suspenso o expediente forense em algumas Varas do Interior para que seja implantado o sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe). A medida não irá prejudicar o recebimento regular das petições iniciais e de pedidos cuja apreciação exija urgência. No entanto, ficarão suspensos os prazos processuais e os judiciais. A lista completa pode ser acessada no Portal do TJCE.

COLABORE

Uma nova ferramenta de trabalho virtual foi lançada pelo Poder Judiciário: a Rede Colabore. A ideia é desenvolver a cultura da inovação e do compartilhamento de conhecimentos e boas práticas entre magistrados, servidores e demais colaboradores, na Intranet do TJCE.

INFORMAÇÃO

O acesso dos cidadãos às informações relacionadas ao Judiciário está garantido. O Tribunal de Justiça instituiu Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação, que irá elaborar uma sistemática para aperfeiçoar o atendimento das solicitações de informação.

EMBARGOS

Está em discussão, na Comarca de Fortaleza, a implantação de uma ferramenta no Sistema de Automação Judicial Eletrônico (e-SAJ), que indique o marco temporal do ingresso de embargos de declaração e a fase de cumprimento de sentença nos respectivos processos. A expectativa é de que ao colocar os embargos e os cumprimentos de sentença em um fluxo separado será possível fornecer ao CNJ dados que hoje não são possíveis, mais especificamente a taxa de execução dos cumprimentos de sentença e a quantidade de embargos reformados ou mantidos.

*A jornalista escreve nas férias do colunista Luciberto Forte.

10 MIL PROCESSOS

**1ª
Cível**



Presidente
**Fernando Luiz
Ximenes Rocha**

Processos julgados
em 2016: **908**
Sessões: **24**
Média de processos
por sessão: **37**
Dia de reunião:
2ª, às 13h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7532 ou 7916

**2ª
Cível**



Presidente
**Maria Nailde
Pinheiro Nogueira**

Processos julgados
em 2016: **632**
Sessões: **22**
Média de processos
por sessão: **28**
Dia de reunião:
4ª, às 13h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7536 ou 7538

**3ª
Cível**



Presidente
**Antônio Abelardo
Benevides Moraes**

Processos julgados
em 2016: **1.135**
Sessões: **24**
Média de processos
por sessão: **47**
Dia de reunião:
2ª, às 13h30min,
no 1º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7544 ou 7546

**4ª
Cível**



Presidente
**Francisco Pedrosa
Teixeira**

Processos julgados
em 2016: **470**
Sessões: **23**
Média de processos
por sessão: **20**
Dia de reunião:
4ª, às 13h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7550 ou 7552

**5ª
Cível**



Presidente
**Francisco Barbosa
Filho**

Processos julgados
em 2016: **977**
Sessões: **21**
Média de processos
por sessão: **46**
Dia de reunião:
4ª, às 8h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7554

**6ª
Cível**



Presidente
**Sérgio Maria
Mendonça Miranda**

Processos julgados
em 2016: **996**
Sessões: **16**
Média de processos
por sessão: **62**
Dia de reunião:
4ª, às 8h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7558

**7ª
Cível**



Presidente
Durval Aires Filho

Processos julgados
em 2016: **661**
Sessões: **23**
Média de processos
por sessão: **28**
Dia de reunião:
3ª, às 8h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7662

**8ª
Cível**



Presidente
**Francisco Darival
Beserra Primo**

Processos julgados
em 2016: **1.197**
Sessões: **23**
Média de processos
por sessão: **52**
Dia de reunião:
3ª, às 8h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7620 ou 7726

1ª Criminal



Presidente Interina
Maria Edna Martins

Processos julgados
em 2016: **1.400**
Sessões: **27**
Média de processos
por sessão: **51**
Dia de reunião:
3ª, às 13h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7914 ou 7534

2ª Criminal



Presidente
**Haroldo Correia de
Oliveira Máximo**

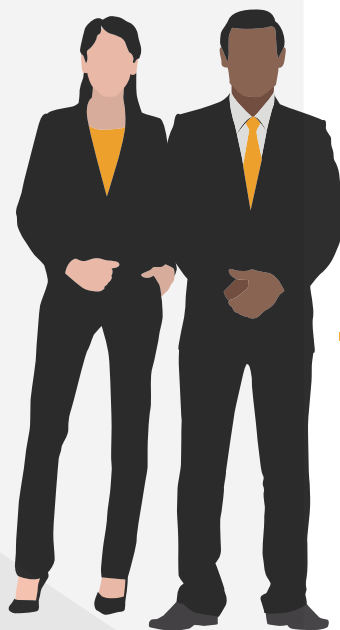
Processos julgados
em 2016: **1.662**
Sessões: **24**
Média de processos
por sessão: **69**
Dia de reunião:
3ª, às 13h30min,
no 2º andar do TJ
Telefone:
(85) 3207.7540 ou 7542

Os seis primeiros meses de 2016 foram produtivos para as oito Câmaras Cíveis e para as duas Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Ceará. Em 227 sessões ordinárias e extraordinárias, os colegiados julgaram 10.038 processos entre janeiro e junho. A média é de 1.673 julgamentos por mês. Ou de 44 causas por sessão. Os dados referem-se somente a decisões tomadas em grupo, excluindo-se as decisões monocráticas.

Em números absolutos, a 2ª Câmara Criminal foi a que mais julgou. O colegiado presidido pelo desembargador Haroldo Máximo somou 1.662 processos. Uma média de 69 ações por sessão, já que foram 24 sessões. Trata-se da maior média de julgamentos por sessão entre todas as dez câmaras do TJCE.

“Os números só comprovam o quanto a nossa rotina é intensa no Palácio da Justiça. Ainda temos um semestre inteiro pela frente e a expectativa é de apresentarmos desempenhos ainda melhores, especialmente por conta das mudanças no nosso Regimento Interno”, adianta a presidente do Judiciário, desembargadora Iracema Vale.

A magistrada refere-se à transformação da 8ª Câmara Cível em 3ª Câmara Criminal, já aprovada no Pleno. Pelo novo dispositivo, a primeira, a segunda, a terceira e a quarta Câmaras Cíveis isoladas passam a ser a primeira, a segunda, a terceira e a quarta Câmaras de Direito Privado. A quinta, a sexta e a sétima Câmaras Cíveis isoladas passam a ser a primeira, a segunda e a terceira Câmaras de Direito Público. As Câmaras Cíveis reunidas passam a formar a Seção de Direito Público e a Seção de Direito Privado. E as três Câmaras Criminais reunidas passam a formar a Seção Criminal.



REFORÇO NA ENTRÂNCIA INICIAL

Somente na atual gestão do TJCE, 76 cargos vagos de juiz já foram preenchidos e 77 de servidores estão sendo ocupados. Tudo para aprimorar cada vez mais os trabalhos do Judiciário

Sim, há desafios a serem enfrentados diariamente para melhorar a prestação de serviços da Justiça Estadual. Mas há também disposição e determinação da atual gestão do Tribunal de Justiça do Ceará em buscar soluções para os desafios. Uma delas é a recente nomeação de 23 novos servidores, autorizada pela chefe do Judiciário, desembargadora Iracema Vale.

Os novos profissionais, aprovados no último concurso público, irão ocupar cargos vagos e atuar em comarcas do Interior. A medida é reflexo da atenção prioritária dada pela atual gestão do TJCE ao Primeiro Grau de jurisdição, no qual se verificam os maiores obstáculos por carência de força de trabalho.

De acordo com a chefe do Poder Judiciário, mesmo diante dos desafios de ordem orçamentária enfrentados pela Justiça Estadual, que exigem rigoroso controle de despesas, a gestão procurou soluções no sentido de garantir melhorias ao Primeiro Grau.



“Fizemos um esforço final na tentativa de suprir a carência de servidores verificada, em especial, na Entrância Inicial. Com isso, esperamos uma significativa melhora nos serviços prestados nessas comarcas”, explica a desembargadora **Iracema Vale**, referindo-se às cidades cearenses de menor porte populacional. Essas localidades também já foram beneficiadas pelo ingresso de 76 juízes em fevereiro deste ano, noutra medida autorizada pela magistrada e considerada a maior posse da história do TJCE.

A entrada de novos servidores garante reforço às unidades que apresentam carências, conforme indicadores definidos pela Resolução nº 219/2016 do Conselho Nacional da Justiça (CNJ). O documento dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de Primeiro e Segundo Graus.

Conforme relatório preliminar do Grupo de Trabalho instituído para elaborar parecer sobre a distribuição de servidores na Justiça cearense, a área judicial apontou a necessidade de convocar novos servidores. Com isso, estão sendo nomeados 10 analistas judiciários e 13 técnicos judiciários para atender a demanda na área fim.

Vale destacar que a decisão levou em consideração as projeções dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Quando o amor cresce

76 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

estão disponíveis para adoção em Fortaleza

A quantidade de adoções aumenta ano após ano no Fórum Clóvis Beviláqua. E 2016 pode terminar com 72% mais casos do que 2015. Mas ainda há crianças e adolescentes na fila de espera por uma família, por um lar, por carinho...



Hoje, a gente vê as pessoas

mais abertas às crianças

mais velhas e isso tem

facilitado os processos

Alda Holanda

Juíza Titular da 3ª Vara da Infância e Juventude

13 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

estão sendo visitados por famílias



A rede de amor da adoção tem cada vez mais gente em Fortaleza. Caso sejam concretizados os 32 processos em andamento no Fórum Clóvis Beviláqua, a capital cearense pode encerrar o ano com 64 adoções de crianças e adolescentes que se encontravam em abrigos públicos à espera de uma família. Isso porque, só no primeiro semestre deste ano, 32 ações foram concluídas.

O desempenho dos seis meses iniciais de 2016 representa 86,4% das adoções efetivadas em 2015 inteiro. Foram 37 casos no ano passado, o que significará um aumento de 72% se os processos ainda em aberto neste ano forem encerrados com sucesso até dezembro. Um número recorde.

Especializada em adoções, a 3ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza acompanha de perto o desenvolvimento de cada pedido. Nos 32 casos ainda não concluídos, os pais adotivos já estão em convivência direta com os jovens em casa. Eles aguardam apenas a Justiça conceder a guarda definitiva.

Em relação a 2014, o desempenho de 2016 é ainda melhor. O crescimento nas adoções – considerando-se apenas os 32 processos já encerrados – é de 88%, já que foram 17 casos naquele ano. No comparativo com 2013, o salto é ainda mais significativo: impressionantes 255% a mais, diante de apenas nove adoções finalizadas àquela época.

178
pretendentes já habilitados aguardam na fila de adoção

A juíza titular da 3ª Vara da Infância e Juventude, Alda Holanda, acredita que os números refletem o esforço realizado na unidade para promover a causa. Duas magistradas trabalham conjuntamente. Para ela, a mudança de comportamento dos pretendentes é outro fator que contribui para a elevação anual do número de processos de adoção.

“O mito de que a adoção demora muito está se desfazendo. A credibilidade do sistema está crescendo e também o perfil escolhido pelos pretendentes está se ampliando. Hoje, a gente vê as pessoas mais abertas às crianças mais velhas e isso tem facilitado os processos”, avalia Alda Holanda.

Já a chefe do Setor de Cadastro de Adoção do Fórum, Anna Gabriella Costa, aponta a especialização da Vara como algo que ajudou a dar celeridade aos processos, permitindo a diminuição do número de crianças e adolescentes em abrigos à espera de uma família.

“Tem também o trabalho da equipe do Cadastro e da Vara de conversar com os pretendentes e mostrar a realidade das crianças. Isso tem feito eles mudarem o perfil e tem dado celeridade. O papel de toda a equipe tem sido fundamental e também a atuação dos grupos de adoção, que têm dado um apoio grande tirando dúvidas dos casais”, destaca Gabriella Costa.

A importância de um pai

Ter o nome do pai na certidão de nascimento é um direito fundamental. Dele depende a possibilidade de reivindicar pensão alimentícia. É essencial também em casos de herança. E mais: para muitos, além do direito garantido, o nome do pai proporciona ganhos sociais e afetivos. Por isso, a Corregedoria Geral de Justiça realizou mais uma edição do Mutirão do Pai Presente em Fortaleza



Foi num noticiário de televisão que Valter Rosa, motorista desempregado, soube do Mutirão do Pai Presente. Ele viu ali a oportunidade de reconhecer o filho Jeferson Batista, um estudante de 26 anos. “Meu filho tem o direito de ser reconhecido. Há muito tempo queria fazer isso; só não sabia como. Aproveitei a oportunidade dada pela Justiça e fiz o que era certo”, declarou, emocionado.

Jeferson é fruto de uma relação de adolescência entre Valter e a dona de casa Ana Cristina Batista. O motorista só ficou sabendo da existência do filho quando o garoto tinha sete anos de idade. **“Queria que meu filho convivesse comigo e com as minhas outras crianças”**, disse. Mesmo tendo a certeza de que é pai do estudante, Valter optou por realizar o exame de DNA. “Quero mostrar para minha família que Jeferson é realmente meu filho. E o exame é a prova material disso”, explicou.

Valter participou da segunda fase do I Mutirão do Pai Presente, que aconteceu juntamente com a primeira fase da segunda edição. Dessa vez, os dois mutirões se encontraram e foram realizados entre os dias 18 e 29 de julho, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Fortaleza (Cejusc), no Fórum Clóvis Beviláqua. Cerca de 600 pessoas foram atendidas. O Cejusc, inclusive, realizou as 221 audiências de conciliação marcadas na primeira fase do I Mutirão.

A ação também teve o apoio das Varas de Registros Públicos, do Ministério Público do Ceará, da Faculdade Devry Fanor, que cedeu alunos de Direito para auxiliarem nos atendimentos aos pais, mães e filhos, além do Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen), que realizou, gratuitamente, os exames de DNA.



O bom desempenho do I Mutirão foi decisivo para a realização da segunda edição. **“Os números da primeira edição foram exitosos e mostraram o interesse da população em reivindicar seus direitos”**, declarou a juíza coordenadora do Pai Presente no Ceará, Roberta Ponte Marques Maia. A primeira edição garantiu 87 reconhecimentos voluntários de paternidade e atendeu a mais de 300 pessoas.



O II Mutirão do Pai Presente também foi grandioso e rendeu **63** reconhecimentos espontâneos de paternidade, além de agendar **47** audiências conciliatórias (que acontecerão entre os dias 19 e 23 de setembro). Foram realizados ainda **37** exames de DNA solicitados pelos pais que apresentaram dúvidas quanto à paternidade.

Para a presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Iracema Vale, ações como o Mutirão do Pai Presente são importantes para garantir à sociedade o direito que lhe cabe. **“É bastante satisfatório para o Judiciário impactar positivamente na vida das pessoas, com ações como esta de reconhecimento de paternidade”**, sublinha a magistrada.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, reforça a importância da iniciativa ao declarar que os mutirões **“abriram as portas do Judiciário para um reconhecimento voluntário de paternidade livre de transtornos e conflitos.”**



PAI PRESENTE	Reconhecimento voluntário de paternidade	Agendamento de audiências	Audiências realizadas	DNA
1ª FASE DO I MUTIRÃO 16 a 27/5	87	221	EXCLUSIVO DA 2ª FASE	-
2ª FASE DO I MUTIRÃO 18 a 29/7	EXCLUSIVO DA 1ª FASE	EXCLUSIVO DA 1ª FASE	221	63
1ª FASE DO II MUTIRÃO 18 a 29/7	63	47	EXCLUSIVO DA 2ª FASE	37
2ª FASE DO II MUTIRÃO 19 a 23/9	A OCORRER	A OCORRER	A OCORRER	A OCORRER
PESSOAS ATENDIDAS ATÉ AGORA				900

Sozinha por 13 anos



Se criar quase sozinha (apenas com o apoio da mãe) um filho já é difícil, imagine quando se trata de gêmeos e quando essa dificuldade se estende por mais de 13 anos. Esse é o caso da agricultora Rocicleide Andrade Sales. De um relacionamento rápido, ela engravidou. Quando os dois meninos completaram oito meses, apresentou-lhes ao pai, que só voltou a encontrar os garotos pontualmente no ano passado.

Não houve até hoje o reconhecimento da paternidade nem exigências por parte da mãe, embora o pai preste contribuição financeira. No entanto, como os jovens estão crescendo, a presença paterna vem se tornando cada vez mais necessária também na escola.

Depois que a agricultora soube do Mutirão do Pai Presente, por uma reportagem na televisão, essa situação pôde mudar. O pai dos adolescentes compareceu a uma audiência e, mesmo sem conversar com Rocicleide e com os jovens (que também foram ao Fórum), submeteu-se ao exame de DNA. Caso seja confirmada a paternidade, ele garantiu que será reconhecida.

“Foi muito complicado, mas eu estou vencendo. Achava que era muito difícil fazer o exame. O mutirão me deu muito apoio. Eu fui muito bem recebida e por isso que eu resolvi. Antes era muito difícil. Agora não é mais”, relatou a agricultora.

sem nunca desistir

Aos oito meses de gravidez, Eliane Oliveira da Silva se viu sozinha, sem contar com o pai da garota. Passados mais de 11 anos, ele nunca quis convivência. Nem ofertou ajuda. A família de Eliane não tinha condições de assumir a criança. Mesmo assim, fez o que pôde. Veio da mãe e da irmã da faxineira o único apoio.



Ao nascer, a menina teve problemas na visão, precisando de visitas ao Instituto dos Cegos até enxergar normalmente. Também contraiu pneumonia, gerando mais dificuldades em hospitais. Havia dias em que o dinheiro era insuficiente até para o leite. Eliane encontrou na faxina um meio de sobreviver. **“No dia em que eu não tiver dinheiro, peço nas portas, mas não deixo minha filha chorar de fome”,** desabafa.

Mas Eliane nunca desistiu. “Vamos vencer! Cedo ou tarde, ele vai reconhecer a filha”. Na televisão, ela assistiu a uma reportagem sobre o Mutirão do Pai Presente e procurou o Fórum. Foi marcada uma audiência de conciliação para o segundo mutirão. “Se ele não vier, nada feito. Eu vou ser mãe e pai de novo pra ela.”

O pai felizmente compareceu e reconheceu a garota, comprometendo-se a registrá-la e ajudar nos custos. Na ocasião, pai, mãe, filha e avó materna tiraram uma primeira foto juntos. A menina ficou bastante tocada. **“Ela se abraçou com ele e chorou. Ela se emocionou porque agora tem um pai presente”,** recorda Eliane.

Todo mundo tem pai, menos ela...

A auxiliar de costura Anna Karlla Brandão de Moura assistia à TV quando viu uma reportagem sobre o I Mutirão do Pai Presente, em maio, e resolveu se inscrever. Dois meses depois, recebeu uma ligação do pai de sua filha. Ele dizia estar com saudade da menina, hoje com um ano e oito meses de idade.

Na verdade, o objetivo era fazer um acordo para que eles não comparecessem ao Fórum, no II Mutirão. “Mas eu disse que não tinha acordo e que ele tinha de ir pra gente resolver”, lembra. Mesmo assim, o pai faltou à audiência. Por conta disso, Anna Karlla procurará a Defensoria Pública para entrar com ação na Justiça. Ela recebeu orientação de técnicos do TJCE.

A história da auxiliar de costura é mais uma de abandono durante a gestação, que resultou em todo tipo de dificuldade financeira e emocional. “Depois que engravidei, ele disse que ia me dar remédio; que não queria a criança. Quando ela estava com quatro meses, levei para ele e a família dele [a menina já tem outros dois irmãos] conhecerem. Eles falaram que iam me ajudar financeiramente e tudo, mas nunca ajudaram em nada.”

Anna Karlla pleiteia o reconhecimento da paternidade, principalmente pelo bem da criança. **“Meu sobrinho tem pai e ela fica chamando o tio de pai porque todo mundo tem um, menos ela. Mesmo novinha, já está sentindo falta. E é obrigação dele ajudar.”**

Você Sabia?

Quem tem o interesse de reconhecer paternidade ou reivindicar o reconhecimento (pai, mãe ou filho maior de idade) pode comparecer ao cartório de Registro Civil mais próximo de sua residência, ou ao Fórum de sua cidade, e fazer a solicitação. O procedimento é simples, rápido e fácil. Basta as partes levarem RG e CPF, certidão de nascimento do filho e os dados do suposto pai. O procedimento de reconhecimento de paternidade é gratuito.





Arraiá da meninada



A Creche Escola do Poder Judiciário promoveu mais uma festa junina. Com o tema “No Ceará tem disso sim”, a programação homenageou personalidades da cultura cearense, como a escritora Rachel de Queiroz e Joaquim dos Santos Rodrigues, o “Seu Lunga”. A meninada dançou, cantou, brincou, se lambuzou de comida típica e fez a festa!

FOTOS: RANNJON MIKAEL



Síntese

Camilla Carneiro*
Jornalista



camilla.araujo@tjce.jus.br

PERÍODO ELEITORAL

As eleições municipais, que elegem prefeitos e vereadores, estão marcadas para o próximo dia 2 de outubro. Até lá, todo o processo eleitoral, até a contagem de votos, é coordenado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Por isso, o presidente e a vice-presidente do TRE-CE, desembargadores Abelardo Benevides e Nailde Pinheiro, pediram afastamento temporário das funções no Judiciário Estadual. O afastamento inicia em 1º de agosto e é respaldado pela Lei das Eleições (nº 9504/1997).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJCE tem uma nova presidente. Maria Iraneide Moura Silva foi a escolha unânime dos desembargadores. Ela sucederá a desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, que presidiu a Coordenadoria de fevereiro de 2015 até abril último.

CUSTAS PROCESSUAIS

Alguns valores de cobrança das custas processuais, atualizadas em janeiro deste ano, voltaram a patamares anteriores. Para a expedição de alvará judicial e interposição de Recurso Extraordinário ou Recurso Especial, por exemplo, não será mais necessário o recolhimento de quaisquer quantias. Interposição de Apelação, de Agravo de Instrumento e custas para a distribuição de processo também sofreram alterações. A medida é decorrente de decisão liminar do último dia 30 de junho do STF.

DÉCADA NA CORTE

O vice-presidente do TJCE, desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, comemorou recentemente dez anos na Corte com o lançamento do livro “Credo”. A publicação reúne três discursos do magistrado: a posse como desembargador; a reabertura da Biblioteca do TJCE; e a saudação aos novos juízes. O livro conta com a apresentação do desembargador Fernando Ximenes. Com 102 páginas, “Credo” teve edição limitada e foi custeado pelo próprio desembargador.

* A jornalista escreve nas férias do colunista Edson Gomes.

PARA DAR CELERIDADE AOS JULGAMENTOS

Justiça vai fornecer dados em tempo real ao Governo para acelerar a tramitação de processos de homicídio

Entra em vigor em agosto a parceria firmada entre o Judiciário cearense e o Governo do Estado para dar celeridade aos julgamentos de processos de assassinato. A Justiça vai disponibilizar informações sobre toda a tramitação da causa, do inquérito policial até a apreciação pelo Tribunal do Júri.

Essa atualização será feita diariamente e de forma automatizada. A expectativa é de que os trabalhos iniciem no dia 11 de agosto. Os dados alimentarão ferramenta do Projeto “Tempo de Justiça”, que integra as ações do “Pacto por um Ceará Pacífico” - uma mobilização do Executivo Estadual da qual o Judiciário faz parte com o objetivo de reduzir os casos de homicídio no Ceará.

A definição de prazos e competências foi feita em reunião que contou com representantes do Fórum Clóvis Beviláqua, da Vice-Governadoria do Estado (responsável pelo “Pacto”) e do Tribunal de Justiça do Ceará.

O diretor do Fórum, juiz José Maria dos Santos Sales, ressalta que “está acompanhando a implantação do projeto e prestando todo o apoio necessário à sua efetivação.”

Diretor do Departamento de Informática do Fórum, Leandro Taddeo explica que a ferramenta “confere se os processos estão nos prazos ou atrasados. No caso de atraso, indica em qual fase está o problema, permitindo o acompanhamento mais próximo por parte da instituição envolvida.”



MAIS 90 DIAS PARA MENOS PROCESSOS

Êxito nos trabalhos faz a existência de grupo de descongestionamento ser prorrogada no Fórum de Fortaleza. A redução processual na área criminal foi de até 64% em menos de dois meses de atuação

Durará mais três meses o trabalho do Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento de Processos Judiciais na área criminal em Fortaleza. Segundo o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Maria dos Santos Sales, o esforço dos magistrados e servidores fez com que o desempenho do colegiado superasse as expectativas.

“Entre 24 de maio e 12 de julho de 2016, primeiro período dos trabalhos, houve resultados positivos no cenário dos processos criminais de réus presos que estejam conclusos para sentença ou com pedidos de liberdade a serem apreciados”, resume o dirigente.

O colegiado continuará sob a gestão do vice-diretor do Fórum, o juiz José Ricardo Vidal Patrocínio. A prorrogação já consta no Diário da Justiça eletrônico e considera pontos como “a urgente necessidade de se imprimir um esforço concentrado no sentido de dar vazão aos processos criminais que envolvam réus que se encontram presos além do tempo razoável.”

O bom desempenho do Grupo pode ser medido pela diminuição de 64,55% no acervo de processos criminais, com réus presos e

conclusos para sentenças, em tramitação até o dia 24 de maio. Foram julgadas 213 ações das 330 existentes com esse perfil.

Os pedidos de liberdade pendentes de apreciação também foram reduzidos no mesmo período. Caíram em 24,66%, saindo dos 1.168 existentes para 880. Em números absolutos: 288 a menos.

Já o saneamento nos processos constatou que o número de registros de réus presos foi diminuído em 23,87%, caindo de 5.593 para 4.252.

A portaria de extensão dos trabalhos cita ainda que “o esforço até agora empreendido no sentido de acelerar a apreciação de processos criminais cujos réus se encontram presos provisoriamente, ou já aguardando sentença, bem como em relação à atualização do histórico de partes, é extremamente necessária à revelação da real situação dos marcos do trâmite do processo.”

No período, somente serão possíveis de apreciação processos conclusos para sentença ou com pedido de liberdade (em sentido amplo) ingressados até o dia 30 de maio de 2016 que ainda estejam pendentes.



José Maria dos Santos Sales
Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua



Definido

O QUARTETO

E stá batido o martelo quanto aos nomes das personalidades que receberão a Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua deste ano. Serão quatro os homenageados com a honraria do Tribunal de Justiça do Ceará, sendo três deles do mundo jurídico e um do ramo empresarial.

Partiram da presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, as indicações para a vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, o decano do TJCE, desembargador Fernando Ximenes, o chanceler Ailton Queiroz e o juiz Luciano Lima serem os agraciados. A proposta foi aprovada por unanimidade durante votação em sessão do Pleno da Corte no último dia 14 de julho.

A Medalha será entregue no mês de outubro, em data a ser definida. A solenidade acontecerá no auditório Conselheiro Bernardo Machado da Costa Dória, no primeiro andar do Palácio da Justiça, sede do TJCE, em Fortaleza.

“Todos os quatro homenageados prestam um importante serviço para a Justiça brasileira, para a comunicação nacional e para a economia cearense. Por isso, nós nos sentimos honrados pela oportunidade de poder reconhecer talentos. Que eles sirvam de exemplo para tantos operadores do Direito, jornalistas e comerciantes que começam agora suas jornadas”, diz a presidente Iracema Vale.

A condecoração do TJCE é concedida a cada dois anos para até quatro personalidades. Elas são escolhidas a partir de dois critérios: atuação profissional, científica ou política e terem prestado relevantes serviços ou contribuição à causa da Justiça ou aos interesses da comunidade cearense.

A última personalidade a receber a Medalha foi o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele foi agraciado excepcionalmente com a comenda no dia 21 de agosto de 2015, por ocasião do lançamento do programa “Audiência de Custódia” no Ceará.

Três juristas e um empresário receberão a maior comenda do Judiciário cearense. A solenidade ocorrerá em outubro. Último a ser agraciado foi o ministro Ricardo Lewandowski, em agosto de 2015



OS HOMENAGEADOS



Cármen Lúcia Antunes Rocha

É natural de Montes Claros, em Minas Gerais. Tem graduação em Direito, é mestre em Direito Constitucional e possui especialização em Direito de Empresa. É ministra do STF desde 2006. Foi também ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral em 2007 e diretora da Escola Judiciária Eleitoral do TSE no ano de 2008.



Fernando Luiz Ximenes Rocha

É natural de Fortaleza, no Ceará. Tem graduação e mestrado em Direito. É desembargador do TJCE desde outubro de 1994, ingressando pelo Quinto Constitucional na vaga reservada aos advogados. É presidente da 1ª Câmara Cível do Tribunal e das Câmaras Cíveis Reunidas. Presidiu o TJCE no biênio 2007/2009 e foi vice-presidente em 2005/2007. Exerceu, interinamente, o governo do Estado entre 14 e 19 de janeiro de 2009. Foi ainda Procurador do Estado do Ceará de 1984 a 1994.



Francisco Luciano Lima Rodrigues

É natural de Fortaleza, no Ceará, e ingressou na magistratura cearense em 5 de abril de 1993, como juiz substituto de Jaguaruana. É titular da 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital, mas exerce hoje a função de juiz auxiliar da Presidência do TJCE. Também foi juiz titular de Baturité e da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Fortaleza. Exerceu a Direção do Fórum Clóvis Beviláqua no biênio 2013/2015 e a função de coordenador da Escola Superior da Magistratura do Ceará no período de outubro de 2000 a novembro de 2002. Anteriormente, Luciano Lima foi juiz auxiliar da Presidência do Tribunal em duas gestões: 2005/2006 e 2007/2008.



Ailton Vidal Queiroz

É natural de Fortaleza, no Ceará, e preside a Fundação Edson Queiroz. É chanceler da Universidade de Fortaleza há 34 anos. Tem graduação em Ciências Econômicas. Além das funções de presidente e vice-presidente ocupadas nas empresas do Grupo, Ailton Queiroz pertenceu ao Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão e foi vice-presidente do Centro Industrial do Ceará. É membro honorário da Academia Cearense de Letras.

ENTENDA

a reestruturação das

TURMAS RECURSAIS

Mais um importante passo foi dado pelo Judiciário cearense rumo a um melhor atendimento a quem precisa da Justiça Estadual. Aprovada pela Assembleia Legislativa em 16 de junho, sancionada pelo governador Camilo Santana duas semanas depois e publicada no Diário Oficial no último dia 29, já está em vigor a Lei nº 16.051/2016. Ela dispõe sobre a reestruturação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dos Feitos Fazendários.

Isso significa que nove magistrados passam a atuar exclusivamente no julgamento de processos integrantes das Turmas Recursais. Eles trabalharão em duas (e não mais três) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e em uma Turma Recursal do Juizado Especial da Fazenda Pública.

Os juízes agora darão expediente numa única unidade, ao invés de dividirem suas atenções com demandas de duas origens distintas – e, assim, precisarem de mais tempo para julgar. Em síntese: ao invés de 12 juízes em atuação de meio turno, teremos nove em atividade exclusiva e em tempo integral, o que implicará aumento de produtividade. Cada Turma terá três membros titulares.

A reestruturação nos faz projetar dias melhores a curto prazo para essas unidades. Nossa expectativa é de que, em um ano, todo o acervo seja baixado e os trabalhos passem a acontecer em tempo real. Para reforçar as atividades, nós já determinamos a criação de uma turma em caráter temporário. Ela atuará até o dia 2 de fevereiro de 2018.

O que nós queremos é que a Justiça seja cada vez mais célere. E desejamos isso justamente por termos ciência de que, assim como o resto do Brasil, o Ceará precisa dar mais agilidade à tramitação processual. Mudanças como a que propomos vão neste sentido. Tanto que foram acatadas pelos deputados e pelo governador.

Infelizmente, uma reestruturação que conte também com a criação de novos cargos de magistrados e servidores, que seria o ideal, não se mostra viável no atual cenário de crise financeira. Mas nada impede a ampliação das Turmas Recursais no futuro.

Os resultados da Lei nº 16.051 serão sentidos em breve. Nosso intuito é assegurar a quem precisa da Justiça que ela seja eficaz. O Judiciário é um Poder que presta um serviço essencial à democracia e à população. E, por isso, deve ter sua política administrativa implementada como uma política de Estado, com visão de futuro, e não apenas como uma medida de gestão, com viés populista e imediatista.

DESEMBARGADORA IRACEMA VALE
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ



SUGESTÃO CULTURAL

Alexandre Sá
Juiz Auxiliar da
Presidência do TJCE



ESPAÇO

Teatro da Caixa Cultural

O equipamento fica na Praia de Iracema. Oferece espaço para uma plateia de 181 lugares, além de instrumentos de iluminação cênica e sonorização modernos. Tem ainda recursos para apresentações de dança, música, peças teatrais etc. O magistrado classifica o teatro como “excelente e muito confortável”. Destaca ainda que oferece uma programação muito boa e com bons espetáculos.

Jeferson Santos
Garçom do TJCE



LIVRO

**Eu, um servo?
Você está brincando!**

O livro do autor Charles Swindoll tenta resgatar a visão do altruísmo genuíno, que se preocupa com as necessidades dos outros. A obra promete passar ensinamentos que mudam a maneira de pensar das pessoas e torná-las mais felizes e realizadas, tirando o pensamento de que ser um servo é muito difícil. Para Jeferson, a proposta do livro é passar “essa mensagem de eu servindo.”

Gustavo Pinheiro
Assessor da
Consultoria Jurídica



LIVRO

O Alienista

A obra de Machado de Assis conta a história de um médico chamado Simão Bacamarte. Ele estuda a mente humana. No decorrer da narrativa, resolve construir um hospício para tratar pacientes com distúrbios mentais da cidade onde mora. Gustavo ressalta que é “um livro fantástico”, que chama a atenção “pelo fato de você não saber o que é loucura, além de mostrar que você precisa lidar com as diferenças.”

Suyane Pinheiro
Diretora da Divisão de
Metodologia da Seplag



ESPAÇO

**Piquenique no Parque
Ecológico do Cocó**

O espaço oferece uma área urbanizada com quadras esportivas, anfiteatro, pista de cooper, parques infantis e trilhas ecológicas guiadas. É palco também de shows e eventos. Além disso, oferece um passeio de barco. Suyane destaca que é um “ótimo lugar para criança” e um espaço bem família, onde você pode andar livremente de bicicleta. O local é aberto ao público. Para mais informações: (85) 3234.3574.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA